



## Richa mantém governador e Câmara Legislativa no DF

O Distrito Federal será administrado por um governador distrital e disporá de uma Câmara Legislativa — de acordo com o substitutivo elaborado pelo senador José Richa (PMDB-PR), relator da Comissão de Organização do Estado.

Nos termos do substitutivo aos anteprojotos das três sub-

comissões que integram a Comissão, o governador e o vice serão eleitos na mesma data que o presidente da República e com um mandato com a mesma duração, enquanto os deputados distritais terão um mandato de quatro anos e seu número corresponderá a duas vezes o número de deputados federais eleitos por

Brasília.

No seu trabalho, Richa sugere que fique com a União a competência para organizar e manter o Poder Judiciário e o Ministério Público e ainda as polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros da capital disciplinado através de normas fixadas em leis ordinárias e complementares.

### Bancada candanga propõe mudanças no substitutivo

No último dia de apresentação de emendas à Assembléia Nacional Constituinte, a maior parte dos parlamentares da bancada do DF no Congresso Nacional apresentou sugestões que alteram o substitutivo do senador José Richa (PMDB-PR). Os pontos principais destas emendas dizem respeito à coincidência do mandato do futuro governador do DF, à subordinação da polícia aos poderes da União e ao número de vagas no futuro Legislativo local.

Em quase todos os gabinetes, os trabalhos para a redação final das emendas começaram cedo e o Congresso viveu uma manhã bem mais movimentada do que normalmente. Cada comissão estabeleceu uma hora para que as emendas fossem recebidas, mas no meio da tarde, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães estendeu o prazo até as 24 horas.

Muitos deputados de Brasília, além da questão da autonomia para o DF, estavam envolvidos em outras comissões como Augusto Carvalho (PCB), preocupado com a Comissão da Ordem Social, mas quase todos os parlamentares da bancada apresentaram novas emendas.

O relator da subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, deputado Sigmaringa Seixas, (PMDB-DF) por exemplo, apresentou 14 emendas, em sua maioria reestabelecendo o seu anteprojeto na subcomissão. Sigmaringa propõe, entre outras coisas, que os deputados distritais tenham atribuições equivalentes aos atuais deputados estaduais e que a Lei Orgânica do DF seja o mecanismo de reorganização política e administrativa de Brasília. O deputado também troca a denominação Câmara Legislativa por Assembléia Legislativa, que consta de sua proposta original e quer suprimir a palavra **distrital** que acompanha o título de governador do DF.

### Senador explica propostas mas não evita as críticas

O senador José Richa (PMDB-PR), relator da Comissão de Organização do Estado, defendeu, ontem, em debate na TV Brasília, que a Justiça e a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal continuem ligadas diretamente à União e não ao futuro governador do DF, como defendem alguns parlamentares.

Para ele, "é necessário lembrar" que 65% dos recursos do DF, vêm da União e que a autonomia da Justiça e da Secretaria de Segurança irá representar mais impostos para a população. "Quem irá pagar toda essa conta?" indagou José Richa, ressaltando que defende a coincidência das eleições para presidente da República, governadores e deputados federais, para evitar um conflito de poderes e impasses, "que servem de pretexto para tentativas de golpes de estados".

#### Deputados

Em relação às críticas que sofreu por ter defendido apenas o dobro do atual número de deputados federais, para a composição da futura Assembléia Legislativa, quando em todos os estados esse número de representantes do Legislativo é três vezes superior, o senador prometeu rever a proposição inicial, "já que parecem existir algumas emendas nesse sentido".

A respeito do termo "distrital", que causou enorme polêmica, o ex-governador do Paraná, explicou: "A palavra governador distrital, foi usada apenas para diferenciar o nome dado ao governador do DF, dos governadores dos territórios e de Estados. Sobre isso não existe qualquer problema", ressaltou Richa.

#### Maurício contesta

Na opinião do senador, Maurício Corrêa (PDT-DF), en-

tretanto, a autonomia política do DF não estará completa caso a polícia e a Justiça local permaneçam ligadas ao presidente da República. "Já imaginaram um governador legitimamente escolhido pelo povo, não poder decidir sobre a segurança de sua cidade?", perguntou ele.

Sobre a dependência do DF, em relação à União, Maurício Corrêa voltou a discordar do senador José Richa, afirmando que todos os estados são dependentes do Poder Central. "O que devemos incentivar, no nosso caso, é a criação de mais empregos para gerar mais recursos — de acordo evidentemente, com as estruturas ambientais da região", salientou.

#### Augusto critica

Já o deputado federal, Augusto Carvalho (PCB-DF) também apoiou o atrelamento da Secretaria de Segurança e da Justiça ao futuro governador do DF. "Sem isso, a autonomia política estará pela metade", acrescentou. Augusto Carvalho fez sérias críticas à administração atual do GDF, "que já colocou até policiais na rua contra nós, parlamentares", provando — na sua opinião — que a vinculação da Polícia com o Governo Federal pode causar "impasses como esse".

Para o deputado Jofran Frejat (PFL-DF), o substitutivo do senador José Richa, foi um "avanço considerável" na medida em que já garante que as próximas eleições para governador do DF, serão diretas.

Discordando das posições de Maurício Corrêa e Augusto Carvalho, ele argumentou que a União já repassa recursos sete vezes maiores que o dobro da folha de pagamento do GDF, e defendeu a subordinação da Justiça e da Secretaria de Segurança à União, como consta no projeto inicial do senador José Richa.